



REPÚBLICA DE ANGOLA

Embaixada da República de Angola na República Portuguesa

RESENHA DE IMPRENSA ANGOLANA

19 de Fevereiro de 2025

Elaborado por: Serviços de Imprensa

Av.^a da República n.º68, 1069-213
Lisboa - Portugal
Telf.: (+351) 965902180
Fax: (+351) 217 951 778
embaixada.portugal@mirex.gov.ao • www.embaixada.pt



mirex.gov.ao
Ministério das Relações Exteriores

João Lourenço e Félix Tshisekedi abordam a situação prevalente no Leste da RDC

O Chefe de Estado, João Lourenço, e o homólogo da República Democrática do Congo, Félix Tshisekedi, analisaram, terça-feira, no Palácio da Cidade Alta, em Luanda, o agravamento da situação de segurança no Leste daquele país vizinho.

O encontro, realizado à porta fechada, foi uma diligência diplomática no quadro dos últimos acontecimentos na RDC tanto no terreno (deterioração acelerada da situação de segurança), como no plano político-diplomático, onde se destaca a reunião do Conselho de Paz e Segurança, que teve lugar sexta-feira em Adis Abeba, Etiópia.

A propósito do encontro, o ministro das Relações Exteriores, Tété António, disse que Félix Tshisekedi se deslocou à capital do país a convite do Chefe de Estado angolano e mediante designação pela União Africana para o conflito que opõe a RDC e o Rwanda.

Tété António sublinhou que o conflito armado preocupa o continente, tendo lembrado, neste particular, que o Conselho de Paz e Segurança da União Africana esteve reunido, sexta-feira passada, em Adis Abeba, à margem da 38.ª Cimeira dos Chefes de Estado, exclusivamente para analisar o conflito no Leste da RDC. Durante o encontro de ontem em

Luanda, os dois Estadistas apreciaram igualmente os próximos passos que devem ser dados para a paz definitiva no Leste da RDC.

Em declarações à imprensa, o ministro das Relações Exteriores disse tratar-se de uma situação tensa e preocupante para o continente, principalmente para quem tem a responsabilidade de velar não apenas deste conflito, mas também dos destinos da União Africana, agora sob a liderança do Presidente João Lourenço.

Na parte oriental da República Democrática do Congo agudizaram-se as acções militares nas últimas semanas, com as forças do M23 a tomarem novos territórios, sendo o caso mais crítico a ocupação da cidade de Goma, capital da província do Kivu-Norte.

De sublinhar, também, que o Chefe de Estado angolano é o mediano designado pela União Africana para o conflito no Leste da RDC. Além disso, João Lourenço é, desde sábado último, o presidente em funções da União Africana, com um mandato que se estende até Fevereiro de 2026.

Ocupação das cidades de Sake e Minova

Recentemente, o Chefe de Estado angolano condenou e repudiou com veemência as acções irresponsáveis perpetradas pelo grupo armado M23 e seus apoiantes, colocando em risco todos os esforços e progressos alcançados no Processo de Luanda para uma resolução pacífica deste conflito.

O comunicado de imprensa partilhado pelo Ministério das Relações Exteriores indicava que o Presidente da República, na qualidade de facilitador do Processo de Pacificação na Região dos Grandes Lagos, deplorou as consequências nefastas para a segurança regional.

Nisto, manifestou preocupação, face à grave deterioração da situação de paz e segurança no Leste da República Democrática do Congo, em particular nas províncias do

Kivu Norte e Kivu Sul, resultante do conflito que opõe a RDC e o Rwanda. O Chefe de Estado angolano chegou a considerar o recrudescimento das acções e ataques perpetrados pelo M-23, e a recente ocupação ilegal do território e cidades de Sake e Minova, reflexos de uma perigosa escalada neste conflito, com enormes implicações na frágil situação humanitária, particularmente ao redor da cidade de Goma, agora sitiada.

A República de Angola, sublinha o comunicado, apela às partes em conflito ao respeito pelos direitos humanos, à protecção de civis e à salvaguarda da integridade e segurança dos efectivos do Mecanismo Ad Hoc de Verificação Reforçado (MAVR), desdobrado em Goma, Kivu-Norte, no quadro dos esforços de facilitação. (J.A.)++++

Téte António mantém encontro com secretária-geral adjunta das Nações Unidas

O ministro das Relações Exteriores, Téte António, manteve, esta terça-feira, em Luanda, um encontro de trabalho com a secretária-Geral Adjunta das Nações Unidas, administradora Adjunta do Programa da ONU para o Desenvolvimento (PNUD) e directora do Gabinete Regional para África, Ahunna Eziakonwa.

A também vice-presidente do Grupo de Desenvolvimento Sustentável da ONU para África, encontra-se em Angola, para uma visita de trabalho de 72 horas, com o objectivo de aprofundar o conhecimento sobre as prioridades de desenvolvimento do Governo angolano, reforçar o interesse do PNUD em continuar a apoiar o país em diversos sectores e melhorar a parceria existente entre O PNUD e Angola.

O encontro, segundo uma nota de imprensa do MIREX, serviu para as duas entidades analisarem questões ligadas ao fortalecimento da cooperação entre a República de Angola e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

(PNUD), com foco para o desenvolvimento sustentável, a diversificação económica e a implementação de programas que contribuem para a melhoria da qualidade de vida da população.

Téte António ressaltou a importância do apoio do PNUD na materialização dos objectivos nacionais de desenvolvimento, tendo sublinhado a necessidade de alinhar as iniciativas da agência da ONU às prioridades do Executivo angolano.

Questões de paz e segurança, com particular atenção ao conflito que prevalece no leste da República Democrática do Congo (RDC) também estiveram em análise durante o encontro de trabalho.

Neste quisito, o titular da pasta da diplomacia angolana destacou os esforços de Angola para a resolução pacífica da crise, tendo referido o papel da diplomacia angolana na mediação entre as partes envolvidas e na busca de soluções sustentáveis para a estabilidade da região.

A secretária-Geral Adjunta da ONU destacou a necessidade de reforçar os programas voltados para a juventude angolana, com foco para iniciativas de desenvolvimento sustentável que promovam oportunidades de educação e emprego.

Dentre as acções abordadas, referiu a necessidade de implementar programas de bolsas de estudo para jovens angolanos em áreas estratégicas para o crescimento do país, bem como iniciativas de capacitação técnica e profissional que facilitem a sua inserção no mercado de trabalho.

O momento serviu igualmente para a Secretária-Geral Adjunta da ONU congratular a República de Angola pela sua eleição para a presidência da União Africana em 2025, onde na ocasião, expressou as expectativas em relação ao mandato angolano e o interesse do PNUD em colaborar estreitamente

com Angola na implementação de iniciativas alinhadas com os objectivos da União Africana. (J.A.)++++

Cooperação com o PNUD centrada no desenvolvimento sustentável

O ministro das Relações Exteriores, Tété António, e a secretária-geral adjunta das Nações Unidas, Ahunna Ezia-konwa, avaliaram terça-feira, em Luanda, questões ligadas ao fortalecimento da cooperação entre Angola e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com foco no desenvolvimento sustentável, diversificação económica e a implementação de projectos que contribuam para a melhoria da qualidade de vida da população.

A apreciação foi feita na sede da diplomacia angolana durante um encontro de trabalho entre as duas entidades. Segundo o Ministério das Relações Exteriores, durante o encontro Tété António ressaltou a importância do apoio do PNUD na materialização dos objectivos nacionais de desenvolvimento, tendo sublinhado a necessidade de se alinharem as iniciativas da agência da ONU às prioridades do Executivo angolano.

Questões de paz e segurança, com particular atenção ao conflito que prevalece no Leste da República Democrática do Congo (RDC), também estiveram em análise. Neste capítulo, Tété António destacou os esforços de Angola para a resolução pacífica da crise, onde referiu o papel da diplomacia angolana na mediação entre as partes envolvidas e na busca de soluções sustentáveis para a estabilidade da região.

A também administradora-adjunta do Programa da ONU para o Desenvolvimento (PNUD) e directora do Gabinete Regional para África destacou a necessidade de reforçar os programas voltados para a juventude angolana, com foco para iniciativas de desenvolvimento sustentável que

promovam oportunidades de educação e emprego. Dentre as acções abordadas, Ahunna Eziakonwa apontou a implementação de programas de bolsas de estudo para jovens angolanos em áreas estratégicas para o crescimento do país, bem como iniciativas de capacitação técnica e profissional que facilitem a sua inserção no mercado de trabalho.

A alta entidade da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável para África encontra-se no país para uma visita de trabalho de 72 horas, com o objectivo de aprofundar o conhecimento sobre as prioridades de desenvolvimento do Governo angolano, reforçar o interesse do PNUD em continuar a apoiar o país em diversos sectores e melhorar a parceria existente entre o PNUD e Angola.

O momento serviu, igualmente, para a secretária-geral adjunta da ONU felicitar a República de Angola pela sua eleição para a presidência da União Africana em 2025, expressando as grandes expectativas em relação ao mandato angolano e o interesse do PNUD em colaborar estreitamente com Angola na implementação de iniciativas alinhadas com os objectivos da União Africana.

O encontro foi testemunhado pela directora dos Assuntos Multilaterais do Ministério das Relações Exteriores, Sara Silva, a coordenadora Residente da ONU em Angola, Zahira Virani, a representante residente do PNUD, Denise António, além de membros do corpo diplomático e das Nações Unidas acreditados em Angola e altos funcionários da diplomacia angolana. (J.A.)++++

Angola e Cabo Verde assinam hoje programa de cooperação no domínio parlamentar

Os Parlamentos de Angola e Cabo Verde assinam hoje, em Luanda, um Programa de Cooperação destinado a impulsionar a implementação das acções abrangidas pelo

Protocolo de Cooperação assinado pelas Assembleias Nacionais dos dois países em Junho de 2023, com realce para as áreas de Segurança, Formação e Comunicação Parlamentar.

O documento vai ser assinado durante a visita que o presidente da Assembleia Nacional de Cabo Verde, Austelino Tavares Correia, efectua a Angola, no quadro da cooperação parlamentar entre os dois países.

Esta é a primeira visita oficial de Austelino Correia a Angola, que tem como objectivo o reforço da cooperação institucional. Assinado em 2014, o Protocolo de Cooperação Parlamentar entre Angola e Cabo Verde foi renovado em 2023, por ocasião da visita oficial da presidente da Assembleia Nacional, Carolina Cerqueira, àquele arquipélago da África Ocidental, a convite do seu homólogo cabo-verdiano, Austelino Tavares Correia.

O acordo visa ainda o reforço institucional recíproco, através de formações entre os dois parlamentos, na área do Processo Legislativo, Modernização Parlamentar, Digitalização e Segurança Cibernética.

Austelino Correia chefia uma delegação composta pelos líderes das bancadas parlamentares do MpD, PAICV, um representante da UCID, um deputado do Grupo de Amizade Cabo Verde-Angola e o secretário-geral, Angelino Coelho.

O programa da visita oficial prevê um encontro de cortesia da delegação parlamentar cabo-verdiana com a presidente da Assembleia Nacional, Carolina Cerqueira, no Palácio da Assembleia Nacional, conversações oficiais entre as delegações dos dois parlamentos e a assinatura do Programa de Cooperação entre as Administrações Parlamentares de Angola e de Cabo Verde, para o período 2025-2026.

Está igualmente prevista uma visita guiada à Sala do Plenário e aos estúdios da Rádio e TV Parlamento. A visita guiada ao Palácio da Assembleia Nacional vai culminar com

a plantação de uma árvore, um símbolo de amizade entre Angola e Cabo Verde, além de visitas aos Museus Nacionais da Moeda e da História Militar, bem como ao Centro de Ciências de Luanda.

A agenda reserva, igualmente, uma deslocação à província de Cabinda, onde será realizada uma visita ao Gabinete Local de Apoio ao Círculo Eleitoral de Cabinda e ao Porto de Águas Profundas do Caio, bem como um encontro com a comunidade cabo-verdiana e com os líderes das comunidades.

(J.A.)++++

Angola e República da Coreia abordam fortalecimento da cooperação

Angola e a República da Coreia abordaram, hoje, em Luanda, o fortalecimento da cooperação, com especial atenção para a formalização e assinatura de novos instrumentos jurídicos.

A abordagem foi feita durante um encontro entre o director de Cooperação Internacional do Ministério das Relações Exteriores (MIREX), José da Silva, e o embaixador da República da Coreia acreditado em Angola, Choi Kwang-jin.

Na ocasião, o diplomata nacional sublinhou o interesse do Governo angolano na formalização dos acordos pendentes, sobretudo aqueles que resultaram da Cimeira Coreia-África, no ano passado, em Seul, capital daquele país asiático, refere uma nota, consultada pelo JA Online.

Cooperação entre Angola e República da Coreia:

As relações político-diplomáticas entre Angola e a República da Coreia iniciaram a 6 de Janeiro de 1992. Em Abril de 2024, durante uma visita do Presidente João Lourenço àquele país asiático foram assinados quatro acordos de cooperação nos domínios do Comércio, Saúde, Ordem Pública e Diplomacia.

Estes documentos servem para intensificar os contactos entre organizações públicas e empresários de ambos os países com o propósito de promover o desenvolvimento económico e social de ambos países.

A cooperação entre Angola e a República da Coreia compreende, ainda, áreas como Telecomunicações, Tecnologias, Energia, Indústria e Comércio. (J.A.)++++

“Qualidade da sociedade está ligada ao nível de actuação dos jornalistas”

O secretário de Estado para a Comunicação Social, Nuno Caldas Albino, afirmou, terça-feira, em Luanda, que a qualidade da sociedade está ligada à qualidade da informação e do nível de actuação dos jornalistas e quadros do sector.

Nuno Caldas Albino, que falava na abertura da formação em Direitos Humanos para Jornalistas, promovido pelo Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos (MINJUSDH), exigiu dos jornalistas excelência técnico-profissional, ética e deontologia.

Para o responsável, esta acção formativa vai permitir aos participantes uma maior imersão na literacia sobre os Direitos Humanos, capacitando-os para um tratamento e veiculação de conteúdos que engajem os cidadãos de forma profissional e humanizada.

De acordo com o governante, um jornalismo inovador, criativo e profissional é essencial para mobilizar e motivar os cidadãos, bem como manter a sociedade informada e esclarecida.

A formação em Direitos Humanos, conforme destacou o secretário de Estado, deve ser permanente e continuada, com foco na promoção de uma mudança cultural alicerçada nesses valores fundamentais. “Não se trata apenas de

transmitir conhecimentos, mas de promover valores que influenciem mentalidades, costumes, atitudes e hábitos, consolidando uma cultura de respeito pela dignidade humana, liberdade, igualdade, justiça e solidariedade”, destacou.

Nuno Caldas Albino citou, ainda, a Lei de Imprensa, que estabelece o dever dos jornalistas em contribuir para a formação correcta da opinião pública e para a educação cívica dos cidadãos, assegurando o respeito pela dignidade da pessoa humana e pelos direitos fundamentais.

O secretário de Estado reafirmou o compromisso do Ministério das Telecomunicações, Tecnologias de Informação e Comunicação Social em apoiar a formação contínua dos profissionais do sector, garantindo que os órgãos de imprensa possam corresponder à missão de difundir informações sobre os Direitos Humanos e fortalecer a cidadania em Angola.

Promoção e protecção dos Direitos Humanos

A secretária de Estado para os Direitos Humanos e Cidadania, Antónia da Cruz Yaba, afirmou, ontem, em Luanda, que o trabalho dos profissionais de Comunicação Social é importante, principalmente aqueles alinhados aos padrões internacionais e nacionais dos direitos humanos, no que concerne à promoção e protecção desta matéria.

A governante, que também interveio na abertura do Seminário sobre Liberdade de Expressão, Acesso à Informação e Segurança dos Jornalistas, referiu que os jornalistas têm o dever profissional de cobrir e explicar as questões de Direitos Humanos com a precisão e coerência que se impõem.

“A liberdade de expressão é o direito de buscar, receber e transmitir ideias, independentemente de fronteiras, é um direito humano em si mesmo, que na Constituição da República de Angola é também um direito fundamental”, acrescentou. De acordo com a secretária de Estado, o objectivo da

actividade é capacitar a classe jornalística com técnicas, ferramentas e conhecimentos sobre os parâmetros internacionais respeitantes à liberdade de expressão, o acesso à informação e a segurança de jornalistas, assim como dotá-los de conhecimentos para desenvolverem estratégias de realização, de avaliação e apresentação de diagnóstico de matérias ligadas aos Direitos Humanos.

“Os Direitos Humanos apresentam características específicas, desde a sua definição legal até à sua aplicação, e os media ocupam uma posição central no processo político”, mencionou Antónia da Cruz Yaba.

A responsável apelou aos jornalistas no sentido de apurarem a sensibilidade no tratamento das questões ligadas aos Direitos Humanos, exortando, igualmente, à atenção da importância de promover, defender e proteger este desiderato, tornando a opinião uma via segura para orientar o cidadão com clareza.

Na qualidade de formador, o consultor em Liberdade de Expressão da UNESCO, Lucas Novais, indicou, no acto, a extrema importância dos jornalistas compreenderem os direitos fundamentais sobre a liberdade de expressão, acesso à informação e sua segurança, com base nos fundamentos dos Direitos Humanos.

A acção formativa, que termina hoje, visa reforçar a capacidade profissional e institucional dos órgãos de comunicação social em matéria de Direitos Humanos e fortalecer competências dos jornalistas em termos de direitos humanos, numa parceria entre o Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos e a Embaixada da Noruega em Angola. (J.A.)++++

Deputados reunidos na Primeira Sessão Plenária Ordinária do Grupo Inter-parlamentar

O Parlamento acolhe, neste momento, a Primeira Reunião Plenária Ordinária do Grupo Inter-parlamentar da Assembleia Nacional. O encontro está a ser orientado pela presidente da Assembleia Nacional, Carolina Cerqueira.

(J.A.)++++

Reabilitação do troço Rio Kwanza-Cabo Ledo vai custar 50 mil milhões de kwanzas

O troço Ponte sobre o Rio Kwanza/Cabo Ledo, na Estrada Nacional EN 100, na província de Icolo e Bengo, vai beneficiar de obras de reabilitação avaliadas em mais 50 mil milhões de kwanzas, conforme Despacho Presidencial n.º 59/25 de 13 de Fevereiro.

De acordo com o diploma, citado pelo Portal do Governo de Angola, é urgente e célere a reabilitação da via, com uma extensão de 41 quilómetros, que se encontra num estado de degradação acentuada e com progressão acelerada de ravinas, causando inúmeros constrangimentos.

Com vista à melhoria da qualidade de vida das populações, as obras de reabilitação da Estrada Nacional EN 100 não só vão melhorar a segurança rodoviária dos utentes, mas também diminuir o tempo de circulação entre a província de Luanda e os municípios da Quiçama e do Porto Amboim.

As condições precárias deste troço, de grande importância económica e social, além de pôr em causa as trocas comerciais, a actividade agrícola, pecuária e mineira, também condicionam o transporte de medicamentos, de material escolar, alimentos e demais produtos para vários pontos do Sul e Centro do país.

O valor global da empreitada é de cinquenta e nove mil, quinhentos e oito milhões de kwanzas, incluindo o IVA. Já a

fiscalização da empreitada está avaliada em mil, cento e noventa milhões, cento e sessenta mil kwanzas, também incluindo o IVA. Ao ministro das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação é delegada competência, com a faculdade de subdelegar, para a aprovação das peças do procedimento, verificação da validade e legalidade de todos os actos praticados no âmbito do referido procedimento, bem como para celebração e assinatura dos correspondentes contratos. Cabe ao Ministério das Finanças assegurar os recursos financeiros necessários à implementação dos contratos. (J.A.)++++

Grupo anuncia financiamento de até 400 milhões de euros

Os investidores angolanos e estrangeiros que actuam no mercado nacional poderão contar com uma nova linha de financiamento de 400 milhões de euros, em virtude da assinatura de um acordo entre a empresa dos Emirados Árabes Unidos sediada no Qatar JTA International Investments e o grupo angolano Pinto Capital, que prevê a participação em investimentos sustentáveis e inovadores.

O Jornal de Angola obteve a informação por intermédio do presidente executivo da JTA International Investments, Amir Ali Salemi, que se encontra em Angola desde segunda-feira para uma visita de quatro dias, com o objectivo de identificar oportunidades de investimento e reforçar a sua presença no país, de forma a ajudar a transformar o potencial económico angolano em riqueza real.

Amir Ali Salemi disse à ao Jornal de Angola que, apesar de ser a primeira vez que vem ao país, conseguiu identificar sinais visíveis de uma economia com o dinamismo necessário para, a breve trecho, atingir um protagonismo cada vez maior na região.

O investimento, continuou, tem em conta a aposta das autoridades em diversificar as fontes de receitas, a

abundância de recursos e a existência de juventude ávida em trabalhar no sentido de superar as dificuldades. Com cerca de 15 anos de existência, a JTA International Investments tem vindo a fazer um percurso notável, marcado pelo sucesso na oferta de soluções de financiamento inovadoras à escala mundial, com uma média de capital investido por negócio que pode partir dos 10 até 400 milhões de euros, em função da dimensão do projecto.

O “upstream” e “downstream” no sector do petróleo e gás, a agricultura e agro-indústria, turismo e transportes, infra-estrutura, tecnologia e inovação foram elencados entre os ramos de investimento prioritários na primeira fase de operações em Angola.

A assinatura dos protocolos, que terá lugar amanhã numa das unidades hoteleiras da capital, vai definir os parâmetros dos investimentos, nos quais a participação no capital social pode variar dos 35 a 75 por cento, numa altura em que a empresa já conta com uma presença consolidada em diversos sectores estratégicos num considerável número de países. (J.A.)++++

Angola isenta taxa a 90% dos produtos da sua Pauta

Angola apresenta como proposta 90 por cento dos produtos que constam na Pauta Aduaneira para a adesão à Zona de Comércio Livre (ZCL) que entrará de imediato no mercado com taxa zero, informou o adido de Angola na África do Sul e chefe negociador de Angola na ZCL da SADC.

Videira Pedro, que falou, ontem, no âmbito do “2º Fórum dedicado à adesão de Angola ao Protocolo sobre Trocas Comerciais na Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), e Proposta de Oferta Tarifária Revista”, realçou que a Pauta Aduaneira Angolana tem um total de 6.007 linhas de produtos que podem ser relacionadas com o

exterior do país, dos quais 5.408 são linhas tarifárias que fazem parte das propostas. Videira Pedro explicou que 10 por cento do global de 6.007 linhas de produtos que constam na Pauta Aduaneira ainda terão que pagar os direitos aduaneiros, um processo que será diminuído num período de cinco anos. Isto é, a mercadoria que entrar no mercado angolano terá de pagar a taxa.

“No primeiro ano vamos tirar 2,0 por cento, no segundo vai pagar 6,0 por cento, no terceiro ano a taxa será de 4,0 por cento, no quarto ano 2,0 por cento, para no quinto ano beneficiarem de isenção de taxas”, sublinhou Videira Pedro, sublinhando que “aqui se está a falar de produtos sensíveis que constam na lista de referência”.

A Pauta Aduaneira rege a política comercial no país e nela vem descrito todos os produtos e as respectivas taxas.

Videira Pedro esclareceu que, no global das 6.007 linhas de produtos, as directrizes do Conselho de Ministros do Comércio da SADC estabelecem que aqueles países que pretendem aderir à ZCL têm um prazo de três anos para diminuir gradualmente a sua taxa, até atingir zero.

Este processo, reforçou o negociador - chefe, deve decorrer na ordem de 15 por cento, sendo os restantes 85 por cento de liberalização imediata. Isto é, Angola ao aderir à ZCL não terá taxa nenhuma a ser cobrada para 85 por cento dos produtos que constam da Pauta Aduaneira de Angola.

Sectores prioritários

Em relação aos produtos de referência na ZCL, Videira Pedro informou que Angola pretende promover alguns produtos da indústria nacional do sector Agrícola e Pesqueiro.

A Zona de Comércio Livre é uma região geográfica onde os países participantes eliminam ou reduzem tarifas alfandegárias e outras barreiras comerciais, tendo como uma das principais características a circulação de bens e serviços

entre os Estados-membros, dinamização do comércio e a colaboração entre os países. (J.A.)++++

Mais de 71 mil inscritos para novo ciclo de formação profissional em todo o país

A ministra da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social sublinhou, terça-feira, na cidade de Benguela, que o Executivo tem desenvolvido um conjunto de acções no domínio da formação, fomento do emprego e do empreendedorismo, com vista a apoiar os jovens no mercado de trabalho.

Ao proferir o discurso de abertura do ciclo formativo do Sistema Nacional de Formação Profissional, Teresa Rodrigues Dias disse que o conjunto de medidas tem sido aplicada num contexto bastante desafiante, sobretudo para os cidadãos com pouca qualificação.

De referir que as acções acima referidas encontram respaldo na Agenda Nacional para o Emprego, aprovada pelo Decreto Presidencial 226/23, de 5 de Dezembro.

A ministra do Trabalho disse, a título de exemplo, estar em operacionalização o projecto JOBE ANGOLA, iniciativa de domínio das Políticas Activas de Emprego, financiadas pelo Fundo Nacional de Emprego de Angola (FUNEA), enquanto instrumento de financiamento das iniciativas público-privadas, que concorrem para a promoção da empregabilidade.

Com o lançamento do JOBE ANGOLA em Benguela, e considerando todas as iniciativas em curso, serão beneficiados 3.178 cidadãos, sendo 2.525 na Formação Itinerante, 103 em Bolsas de Estágios Profissionais e 250 beneficiários de Microcréditos, no âmbito do incentivo ao empreendedorismo a particulares, cooperativas de pescas, agricultura e pequena indústria.

Teresa Rodrigues anunciou que a nível dos Contratos Locais de Emprego e Inserção (CLEI) serão contemplados 260 beneficiários e, destas iniciativas, foram gerados 550 postos de trabalho.

As iniciativas consubstanciam-se em cooperativas de apoio ao licenciamento da publicidade estática, de apoio ao licenciamento de direitos fundiários, cooperativas do projecto de inserção de catadores de resíduos, de manutenção de vias, limpeza de sarjetas e pintura de lancis, de jardinagem e parques de recreios e financiamento às cooperativas de pescas.

A ministra da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social destacou que para o ciclo que arrancou ontem estavam inscritos, em todo o país, 71. 104 candidatos e matriculados 29.782 cidadãos, que vão frequentar cursos profissionalizantes.

Do ponto de vista das perspectivas, Teresa Rodrigues disse que estão previstas acções para a implementação de um novo projecto de emprego e oportunidades para os jovens, cujas negociações decorrem a bom ritmo com o Banco Mundial.

Neste projecto, acrescentou, o Banco Mundial vai ser a entidade financiadora e deverá beneficiar de forma directa cerca de 500 mil cidadãos e mais 500 mil de forma indirecta. O projecto, em perspectiva, prevê, igualmente, o reforço da capacidade institucional do INEFOP, bem como a intervenção na metodologia de funcionamento do Observatório Nacional do Emprego do MAPTSS.

Plano de Desenvolvimento Nacional

A ministra Teresa Dias recordou que o Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2023-2027 indica o capital humano como um dos eixos estratégicos para o progresso socioeconómico do país. Neste contexto, recai sobre o sector a

responsabilidade de concretizar o Programa Nacional de Emprego, Empreendedorismo e Formação Profissional. “Devemos expandir a oferta formativa em todo o território nacional”, disse, acrescentando que, no entanto, esta expansão não pode ser apenas quantitativa, deve, acima de tudo, garantir qualidade, alinhando-se às reais necessidades das empresas e às exigências do desenvolvimento económico.

Informou que o Sistema Nacional de Formação Profissional conta, actualmente, com 163 centros de formação, sob tutela do Instituto Nacional do Emprego e Formação Profissional (INEFOP). No total, o sistema compreende 1.904 unidades formativas, abrangendo não apenas centros públicos, mas também privados, reforçando, assim, a rede de ensino técnico e profissional do país. (J.A.)++++

MPLA adequa estruturas intermédias à nova DPA

O MPLA está a trabalhar na organização das conferências constitutivas dos comités municipais, visando adequar as estruturas intermédias do partido à realidade da nova Divisão Político-Administrativa (DPA).

A informação foi prestada ontem, em Caxito, província do Bengo, pela segunda secretária provincial do partido, Anastácia de Vasconcelos, quando intervinha na reunião metodológica sobre as conferências constitutivas dos comités municipais.

O encontro, segundo Anastácia de Vasconcelos, tratou um conjunto de matérias inerentes à realização das assembleias constitutivas nos municípios do Panguila, Barra do Dande, Úcua, Piri, Quibaxe, Nambuanguo, Muxaluando e Quicunzo.

Referiu que as conferências visam adequar as estruturas do partido à nova DPA, assegurar uma adequada

reorganização, fortalecer o MPLA para continuar a liderar a construção de uma Angola mais desenvolvida, democrática e inclusiva. Pretende-se, com a realização dos conclaves, intensificar o trabalho político-partidário no seio dos militantes, como forma de reforçar a democracia interna, unidade e a coesão no seio do MPLA.

Por isso, apelou ao engajamento de todos os dirigentes do partido neste exercício, no qual os grupos de acompanhamento deverão estar em estreita sintonia com as direcções do partido nos municípios, de modo a trabalhar-se melhor na organização das conferências.

A reunião metodológica sobre as conferências constitutivas dos comités municipais foi dirigida aos primeiros-secretários municipais do partido e aos administradores dos novos municípios.

De recordar que o MPLA lançou, sábado último, em todo o país, a Agenda Política 2025, centrada em 11 objectivos estratégicos, que alinham as directrizes do partido com a sociedade.

As linhas orientadoras constantes da Agenda Política do MPLA 2025 comportam metas e acções que proporcionam o contínuo desenvolvimento económico e social do país e, ao mesmo tempo, preparar o partido para vencer os desafios políticos do futuro. *(J.A.)++++*

Serviços de Comunicação Institucional e Imprensa da Embaixada da República de Angola na República Portuguesa, 19 de Fevereiro de 2025